

CONHECIMENTO: INTANGÍVEL ESSENCIAL E ESTRATÉGICO PARA O PAÍS

Vivemos a Era do Conhecimento como elemento central de criação de riqueza, o que torna a Gestão do Conhecimento crucial na estratégia organizacional como disciplina geradora de vantagem competitiva, produtividade e desenvolvimento institucional.

A economia mundial nesta era reflete o aumento da participação dos serviços no PIB mundial, com clara correlação entre o estágio de desenvolvimento econômico ou de riqueza de um país e essa participação que, nos países desenvolvidos, está na faixa de 70 a 80%. Merece destaque neste cenário os chamados Serviços Empresariais Intensivos em Conhecimento – SEIC (KIBS – Knowledge-intensive business services): serviços oferecidos às empresas e governos, fortemente apoiados em conhecimento, portadores de futuro, geradores de produtividade e de inovação e que, em algumas especialidades, também permitem aos seus clientes melhorar a eficácia por meio de seus processos decisórios.

Existe uma correlação direta entre o percentual de participação dos SEIC no PIB de um país e a sua renda per capita. No Brasil, apesar dos serviços já representarem 68% do PIB, os SEIC representam aproximadamente apenas 3% do PIB, frente aos 9% da França, Holanda e Suécia, 8% da Alemanha e os 10% dos EUA, do Reino Unido e da Bélgica. E esses 3% tem sido pouco percebidos. A mídia dá grande destaque ao nosso agronegócio – por sua visibilidade nas exportações e contribuição para a balança comercial, mas o fato é que ele representa 5% do PIB nacional. Enquanto isso, os 3% dos SEIC no PIB são praticamente ignorados, o que não nos auxilia a enxergar sua importância e investir no seu crescimento.

Cabe também uma reflexão sobre a área de defesa e sua base industrial. Ela é fomentadora dos serviços intensivos em conhecimento e também de produtos estratégicos que demandam, para sua especificação e produção, justamente esses serviços. Pela especificidade dos conhecimentos demandados e pela necessidade de continuada inovação em seus produtos, eles são executados pelo próprio corpo técnico da BID – Base Industrial de Defesa. Em razão dessas particularidades, portanto, não são conhecimentos que estarão normalmente disponíveis no mercado.

Essa realidade reforça outra importante questão: a não existência de uma política orçamentária para o setor de defesa, o que torna instável a continuidade contratual. Isso constitui um grande fator de desconstrução do setor, com imensas perdas para as empresas e para a força de trabalho especializada e de alto valor agregado, com consequências danosas para o País, e com o agravante de que esse conhecimento costuma ser de uso dual, o que as tornam ainda mais críticas.

Trata-se de um cenário que avança contra a BID e acaba favorecendo as empresas estrangeiras de defesa, normalmente poderosas e com estímulos diferenciados pela estratégia de seus governos, que voltam seus esforços para o Brasil, por estratégia e também em função de cíclicas quedas de demandas no hemisfério norte.

Somos pouco acostumados ao intangível. Sem negligenciar a importância dos produtos industrializados – já em clara crise de crescimento – para o desenvolvimento social e econômico do País, é fundamental dar continuidade à criação dos caminhos do conhecimento, e viabilizar efetivamente a sua aplicação – utilizando-se inclusive do diferencial comprovado da BID – para a criação de ativos que contribuam para a construção da perenidade e do protagonismo da nação.



Carla Dias

Tarcísio Takashi Muta,
presidente da Fundação Ezute